

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXXI*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1992

resto, dirige a palavra no epitáfio: «Pai, não chores mais, e tu, óptima mãe, enxuga as lágrimas!».

Na nota da p. 173 é abordado o significado da representação da áscia nos monumentos funerários. Uma questão que, como se sabe, tem mais do que uma interpretação. A autora apenas se refere a uma: «significa que o mármore fora talhado segundo o ritual preceituado e era material incontaminado». Talvez tivesse sido possível, numa simples frase, dar a entender que se trata, na verdade, de um tema polémico.

Dá-se, na p. 179, uma explicação sumária acerca das funções do *beneficiarius*; uma gralha tipográfica (*mansioni* em vez de *missioni*) poderá eventualmente induzir em erro os desprevenidos.

Na tradução de CIL VIII1027 (p. 191), a ordem dos nomes não corresponde à que é dada na epígrafe.

No texto da p. 296, faltam a identificação dos defuntos, que aparece depois na tradução.

Dá-se conta, na p. 303, de um epitáfio métrico composto por Dámaso, «que foi papa entre 366 e 384». Teria sido interessante indicar também, porque tal vem na epígrafe, o ano em que ocorreu o óbito, ou seja, o do consulado de *Flavius Merobaudes* (no Ocidente) e de *Flavius Saturninus* (no Oriente): 383.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

FRANCO MINISSI, *Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione*, "Strumenti, 4", Roma, Multigrafica Editrice, 1988, 69 pp., 115 fotos.

É cada vez com mais intensidade que se ouve o discurso sobre a necessidade de protecção e conservação dos monumentos e sítios, parques e estações arqueológicas para que deles usufruam, não somente as classes dos especialistas, professores e estudantes, mas toda a população em geral. Das estações arqueológicas, em particular, interessa afirmar que só há pouco tempo, e com algumas muito poucas excepções, se tomou consciência da necessidade, urgente, de as tornar aptas e compreensíveis para o grande público, de as cuidar como se de espólio museológico também se tratasse e nos merecessem o mesmo cuidado e desvelo que nos merece todo o espólio que recolhe ao museu.

Ao, ironicamente, termos usado a expressão também, estamos a chamar a atenção para o facto de, raramente, se ter avançado com projectos de musealização de zonas arqueológicas no nosso país, o que é, verdadeiramente, quase inusitado, tomando em consideração a quantidade e qualidade das estações que se encontram no nosso território, bem como as solicitações de visita que algumas têm, anualmente.

É então que — atendendo a uma panorâmica, francamente pobre, no que diz respeito ao número de projectos de musealização executados em Portugal, mas que se perspectiva bastante mais animadora no futuro — se enquadram, perfeitamente,

as ideias de Franco Minissi, na obra “Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione”, saída a público em 1988 em Itália e não editada no nosso país.

É, pois, vivamente recomendável a sua leitura, na medida em que defende e sugere algumas formas de actuação, facilmente adaptáveis à realidade da Arqueologia Portuguesa, aspectos que particularmente mais ressaltaremos, em detrimento de outras análises presentes na obra, mas relativas aos bens culturais não arqueológicos.

Com este trabalho, obra sucinta mas fundamental, Franco Minissi conduz-nos à reflexão sobre as possíveis formas de intervenção, com vista a uma melhor conservação, restauro e musealização dos bens culturais, facultando, em última instância, a compreensão e enriquecimento cultural de toda a sociedade e, sempre que possível, a permanente actualidade desses bens conservados.

Propõe-nos um percurso analítico por alguns processos de musealização — atendendo, evidentemente, aos vários níveis de utilização cultural — que, num plano operativo, se identificam na intervenção museográfica e na conservação, a primeira com a finalidade da exaltação de valores inatos do bem cultural, a segunda como garantia da sua sobrevivência material.

Analisando a situação do usufruto dos bens culturais, hoje, em comparação com a de há alguns anos, chama a atenção para o facto de estratos sociais cada vez mais amplos tenderem a colocar como assunto do dia -a-dia a questão da conservação e valorização de estações arqueológicas, tradições populares, ambientes urbanos e paisagísticos, centros históricos.

Esta situação decorre, sugere Minissi, da maior disponibilidade de tempo livre e da informação, mais ou menos generalizada, levada a cabo pelos *mass media*. A este facto, argumenta, acrescentar-se-ia, ainda, uma tomada de consciência, por parte da classe académica e científica, da necessidade de desbloquear uma situação de total isolamento em relação a outros grupos não especializados, partir para uma valorização do património entendida como “uma regalia social perenemente activa e eficiente”, defendendo uma livre fruição do bem cultural e uma conservação orientada com métodos capazes de a tomarem sempre mais activa e eficaz.

É à museografia, afirma, que compete o doloroso papel, como disciplina parceira da conservação, de assegurar e otimizar a compreensão de tudo aquilo que se conserva mas que não pode entrar no museu, constituindo, no entanto, importante fatia do património arquitectónico. Assume-se como importante contributo para a formação de pessoal especializado no estudo e restauro de monumentos, particularmente nas intervenções sobre esse património e que, exemplificando, agrupa do seguinte modo: processos de musealização autónoma do monumento como museu de si próprio; conservação dos conteúdos museológicos próprios do monumento e sua musealização *in loco*; conservação ou correcção do contexto urbano histórico como processo museológico; processo de musealização de colecções que não pertencem ao monumento que as acolhe; intervenções museográficas nas estações e monumentos arqueológicos.

Reafirmando o importante papel da museografia, assumida como principal instrumento de transmissão da mensagem que os bens culturais encerram — visto que a sua conservação não deve ser entendida com uma finalidade passiva, um fim

em si mesma com meios e métodos de comunicação eficazes, Minissi estabelece uma relação da eficácia dos resultados dependente da capacidade de valorização desse mesmo bem cultural, valorização entendida não no sentido da criação de valores, mas no sentido de fazer exaltar valores inatos do próprio bem.

Com esta ideia, o autor prepara a definição de personalidade museológica, entendida como aquele conjunto de qualidades de ordem vária que, pelo seu valor, lhe dão uma fisionomia de bem cultural a conservar. Daqui se estabelece, também, a dependência das mudanças operadas em relação à razão de ser e à natureza original do bem cultural, isto é, tal mudança é tanto maior quanto menor tenha sido, na origem, a sua vocação museológica.

O património arqueológico, representado por tantos fragmentos do quotidiano de civilizações que perderam a sua razão de ser original, é um exemplo de que se serve para demonstrar como o processo de musealização representa o instrumento eficaz, através do qual a personalidade museológica desses testemunhos se assume ao transferi-los para o museu e, além de reevocar essa razão de ser perdida, enriquece-os ao individualizar todas as suas características e deve responder ao máximo de interrogações dos visitantes do museu.

Assim, deste conceito de musealização conclui que:

1 — o museu tradicional constitui um, mas não o único, meio para garantir a conservação, a transmissão para o futuro e o conhecimento dos bens culturais;

2 — o processo de musealização está presente em cada acção de conservação, realiza-se de muitas formas e permite assumir a funcionalidade prática do bem a conservar.

Naturalmente, assumindo-se um destino prático ou não, por exemplo, para uma pré-existência arquitectónica, dever-se-á actuar com intervenções de adaptação funcionais, para o primeiro caso, com uma rigorosa mas pura conservação, para o segundo. Então, quanto mais determinante for a atribuição de uma funcionalidade, menor a intervenção de âmbito museológico e vice-versa.

Se tivermos em consideração um monumento da Antiguidade, como um arco de triunfo ou outro monumento de função celebrativa, destinados à colocação fora do museu e à admiração e contemplação, hoje deve manter-se essa forma de os apreender e potenciar ainda uma melhor leitura, mais aprofundada, dessa adquirida personalidade museológica, manifesta em todas as formas de representações figurativas, formais, materiais, de significados, intervenções, mutações, etc.

Um estudo aprofundado do contexto ambiental e das potencialidades do próprio monumento seriam ideais para a escolha dos meios e métodos a adoptar para a sua melhor “leitura”.

O autor sugere algumas soluções para este tipo de intervenções que vão desde as protecções transparentes, criação de bons enquadramentos e posicionamento de visão com pontos flexíveis ou fixos, à distância, aparelhos de óptica, uso da luz artificial, aparelhos audiovisuais, até ao estabelecimento de centros informativos junto do próprio monumento.

Franco Minissi conduz todo este discurso sustentando a ideia da presença de uma componente museológica em cada campo da conservação do património

histórico-artístico, componente esta que é utilizada para favorecer um melhor conhecimento dos centros históricos, testemunhos importantes da estrutura urbana e da comunidade humana e de todas as suas expressões culturais; no entanto, observa que tal reconhecimento não conduziu a uma política adequada de conservação idêntica aquela, manifestamente aceite para os bens que podem transferir-se para dentro do museu tradicional. Pelo contrário, adoptaram-se, quase doentamente, soluções de reutilização das pré-existências urbanas à exaustão, fruto mais de interesses económicos e à margem dos interesses culturais.

A cidade com os seus conteúdos cabe o papel de museu, enquanto conserva toda uma série de testemunhos do mais recuado ao mais actualizado passado.

Destas considerações se pode depreender a exigência de entender este museu, não como um instituto cultural autónomo e fechado, mas numa perspectiva tão falada hoje, o museu de território e o museu e a cidade, como formas conjugadas de investigação das suas relações de interdependência e complementaridade, tornando possível um conhecimento integrado dos seus conteúdos que são os lugares e os seus monumentos, criando a noção de “museu-lugar” e a noção de musealização *in loco*, isto é, substituindo a ideia de museu como lugar pela de museu como conceito.

No que diz respeito às estações arqueológicas, Minissi chama a atenção para a diferença de cuidados com que são encarados, por um lado, os achados móveis, transportados para um qualquer museu onde são cuidadosamente restaurados e expostos segundo os meios técnicos mais apropriados e ordenados segundo um plano museograficamente estudado; por outro, todos os achados imóveis que são desmembrados de muitas das suas partes integrantes (aquelas móveis que vão para o museu) e deixados um pouco ao abandono, sem quaisquer preocupações de propor um discurso museográfico e cuja conservação e manutenção se resume a uma limpeza das ervas que, normalmente, invadem as ruínas, as quais, cuidadosamente, foram definidas como “monumento”.

Assim, excluindo toda e qualquer hipótese para uma correcta leitura da forma, dos conteúdos, dos significados da estação arqueológica, por parte dos seus visitantes, pode, na melhor das hipóteses, esperar-se uma conservação com fins de manutenção, raramente uma intervenção de natureza museográfica, estabelecendo as relações de interdependência entre as várias partes mutiladas e os seus fragmentos. Tais operações, reafirma, úteis e assimiláveis pela didáctica tão querida nos museus, são vistas por alguns como um autêntico sacrilégio.

Não querendo e não podendo propor soluções ou modelos polivalentes para adoptar nas mais diversas situações, afirma, todavia, alguns princípios que considera fundamentais e irrenunciáveis:

— as pré-existências arqueológicas imóveis devem conservar-se *in loco* e são consideradas no mesmo plano científico e cultural das móveis;

— os restauros protectórios dos achados arqueológicos, estruturalmente pouco perceptíveis, sempre que tal seja cientificamente correcto, devem sugerir, se não reintegrar, a imagem original, ainda que parcial;

— as obras de protecção das estações arqueológicas devem reevocar aos visitantes a imagem e o significado dessas pré-existências, evitando soluções

especulativas e improvisadas; estas soluções dependerão duma rigorosa análise das causas provocadoras dos danos relativos à sua estrutura, à sua localização no território e à frequência de público, assim como das condições para a obtenção de uma melhor “leitura”, como no interior de um museu;

— o projecto de intervenção das protecções das estações arqueológicas e os de restauro devem estar estreitamente ligados, porque deles depende a sobrevivência física dos materiais arqueológicos;

— as intervenções de protecção devem ser da responsabilidade de arquitectos especializados que, com grande humildade, devem desenvolver um trabalho de criatividade, que exalte o absoluto protagonismo da pré-existência.

Tais intervenções não deverão limitar-se a aspectos técnicos a fim de garantir a sobrevivência integral do achado, mas também, afirma o autor, deverão pôr em evidência as qualidades de tais testemunhos, sobretudo aquelas mais facilmente compreensíveis e mais fáceis de operar em termos de soluções museográficas, e exemplifica ao sugerir que se façam percorrer aos visitantes antigas estradas ou se possa formular a hipótese de uma terceira dimensão de um antigo templo.

Os métodos e meios que apresenta para as intervenções de tipo protectorio e museográfico dizem respeito ao uso de tecnologias materiais e linguagem próprias do momento em que se realiza a intervenção, desde que sejam sempre operações com carácter reversível.

Minissi põe ainda a hipótese de algumas situações em que se nos apresenta um complexo arqueológico inserido numa cidade moderna, cujo problema de protecção e leitura é não só o dele mas o de todo o ambiente urbano. Neste caso, as soluções que apresenta são três:

— fazer uma constante manutenção, prolongando a sua vida mas aceitando a ideia da sua perda total ou parcial;

— tentar a desmontagem parcial ou total do monumento para transferi-lo para um museu e pondo no seu lugar uma cópia;

— intervir com operações protectoras para conservar ao máximo as alterações daquele ambiente ou operar com soluções que o modifiquem profundamente, criando novas imagens de todo o contexto.

Evidenciando, claramente, o desacordo pela solução da transferência do monumento do seu local de origem, atendendo a uma perspectiva de desvirtuamento da sua imagem como elemento urbano e privilegiando, assim, uma conservação por si só, Franco Minissi enumera como determinantes para a escolha da solução a adoptar a natureza, dimensão, estado de degradação do monumento, etc.

Combatendo a ideia de que não existem receitas — a cada caso uma solução — o autor reafirma a necessidade de ter sempre em conta todos os recursos científicos, tecnológicos e estruturais, a fim de analisar as características físicas e morfológicas da pré-existência, para só então se poder propor uma solução, um projecto, cuja exigência conservativa se alie à da museografia.

Partindo da noção de conservação activa dos bens culturais, potenciando o usufruto social destes, analisa o caso das estações arqueológicas.

Criticando a concepção ainda oitocentista de algumas colecções arqueológicas, manifestada numa selecção do material, a apresentar dentro do museu, tendo em conta o seu valor artístico e estético e desperdiçando material de enorme valor documental, defende a conservação *in loco* dos achados arqueológicos e a sua natural contextualização no seio das estruturas monumentais que denomina de Parques Arqueológicos.

Analisando tal possibilidade, refere alguns impedimentos relativamente aos vestígios arqueológicos urbanos, inseridos numa estratigrafia urbana como exemplo de um processo histórico irreversível; defende, no entanto, outros argumentos para o caso da arqueologia não urbana.

Assim, este Parque Arqueológico consentiria a oportunidade de se levarem a cabo programas sistemáticos de escavações; a possibilidade de reconstituição teórica dos ambientes originais, tendo em conta o panorama das alterações, mutilações e deslocações sofridas quer pelas estruturas, quer pelos objectos; a perfeita colocação de objectos e estruturas permitindo uma correcta leitura dentro do contexto original, consentiria uma investigação alicerçada num estudo de complementaridades e de unidades do local e uma contínua hipótese do estabelecimento de confrontos com outras áreas, outros estudos, outras conclusões.

Negando à estação e ao vestígio arqueológico a rotulagem de lugar de usufruto e contemplação de fenómeno meramente artístico, Minissi acrescenta que um projecto de parque arqueológico com um discurso museográfico de bom nível informativo, mas também estimulante, permitirá aos visitantes a compreensão da razão de ser de cada estrutura ou objecto e das suas relações no seu contexto original.

Permitindo a componente emotiva do usufruto da contemplação do estético e também do artístico, o visitante será capaz de formular a sua própria ideia do passado e dos testemunhos que o parque arqueológico encerra, ajudando ao enriquecimento cultural da sociedade.

A finalizar este trabalho, o autor enuncia alguns aspectos caracterizadores da cidade como um grande potencial a musealizar, assim como exemplifica formas de musealização mais tradicionais e intervenções de museografia nas estações arqueológicas, recorrendo a uma preciosa série de fotografias para melhor elucidação do leitor.

Atendendo à actualidade da temática, à importância das sugestões que podem ser perfeitamente exequíveis no nosso território e à grande experiência do autor nestes domínios, esta obra de Franco Minissi é um contributo de grande mérito para todos aqueles que se dedicam ou querem dedicar à investigação e execução de projectos de musealização para estações arqueológicas.

OLGA DE MATOS